

# Consulta pública da educação aponta que 80% dos pais aprovam volta das aulas escolares

A Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Fundação Municipal de Educação (FME) encerraram a consulta pública destinada a mães, pais ou responsáveis por alunos da rede municipal de ensino de Niterói. Com a participação de 4.377 pessoas, esta é a maior pesquisa pública já realizada no município. O levantamento teve como objetivo entender o impacto da pandemia sobre as famílias de crianças e adolescentes matriculados e servirá para o aperfeiçoamento do Plano de Retomada das Aulas, desenvolvido pela Prefeitura de Niterói.

De acordo com a consulta, que engloba responsáveis de 6.100 alunos (que representam 25% do total de alunos da rede municipal), 82,55% dos participantes são favoráveis ao retorno das atividades escolares. Na pergunta “Em relação à possível retomada presencial das aulas, seguindo medidas sanitárias rígidas e monitoramento constante sobre os casos de Covid-19 na rede municipal”, 36,8% responderam que concordam totalmente com as aulas presenciais. Já 20,2% preferem manter as aulas on-line, 18,6% optaram pelo sistema híbrido e 6,95% não concordam e nem discordam com a retomada das atividades. Por fim, 17,4% discordam totalmente com a volta às aulas.

O secretário de Educação, Vinicius Wu, enfatiza que os dados referentes à disponibilidade de internet e os efeitos da pandemia no desenvolvimento pedagógico dos alunos são importantes para a elaboração de políticas públicas para a cidade. O início do calendário escolar está previsto para o dia 25 de março e o formato de ensino ainda será decidido pela Prefeitura de Niterói, após análise da pandemia.

“Além de nos trazer informações valiosas a respeito do impacto da pandemia sobre



**Pesquisa vai ajudar na decisão sobre o modelo de ensino, remoto ou presencial. Mais de 90% dos 4.377 participantes são mulheres**

a vida de nossos estudantes, a pesquisa também indica que a Prefeitura está agindo em sintonia com a maioria da sociedade. Os dados serão fundamentais para o aperfeiçoamento das ações previstas em nosso plano de retomada. Ainda não sabemos se adotaremos o modelo híbrido ou se continuaremos no ensino remoto, mas a opinião de pais e mães não poderia, jamais, deixar de ser levada em consideração”, afirmou o secretário.

Entre os que responderam, 91,5% são mulheres. A maioria dos participantes (67,7%) é responsável por uma criança da rede municipal, seguido de dois (26,1%), três (4,98%) ou mais de três alunos (1,19%). Além disso, 56,7% responderam por, pelo menos, um estudante da Educação Infantil, enquanto 63,3% são responsáveis por, pelo menos, um estudante do Ensino

Fundamental.

Outra pergunta presente na consulta foi sobre a mudança no comportamento dos alunos com a suspensão das aulas. Eles ficaram mais tímidos ou irritados (24,5%), tiveram dificuldade em ler textos, quando alfabetizado (16%), ficaram desmotivados e tiveram problemas de socialização (14,2%), dificuldade em escrever, quando alfabetizado (13,4%), dificuldade em fazer contas de matemática, quando alfabetizado (11,1%) e dificuldades para falar e se expressar (9,01%). Cerca de 11,8% não quiseram responder.

Ainda sobre a pandemia, a consulta questionou sobre as atividades escolares desenvolvidas em casa. Mais da metade (60,4%) respondeu que ajudou nelas ao longo de todo o ano letivo, outros 23,5% ajudaram no começo da pandemia e

depois pararam, 9,15% não puderam auxiliar em nenhuma das atividades, 6,96% disseram que não puderam ajudar, mas que outra pessoa acompanhou as tarefas, enquanto 0,022% disse não ter recursos, como internet e livros, para ajudar nas atividades.

Dos responsáveis que não puderam acompanhar os exercícios, 51,3% afirmaram que precisaram voltar a trabalhar ou não interromperam o serviço, não possuíam recursos, como Internet e livros (13,7%) ou não entendiam os conteúdos apresentados (9,99%). Um quarto dos responsáveis (25%) afirmou não acompanhar por outro motivo.

Durante o aprendizado em casa, os estudantes tiraram dúvidas com seus responsáveis (44,1%), em livros ou materiais da escola (11,6%), com amigos, irmãos ou primos (11,5%), com professo-

res (10,6%), em sites de busca (9,62%), em vídeos ou tutoriais disponíveis na Internet (9,47%), além de outras formas (3,17%).

No que se refere às atividades que os responsáveis realizaram juntos com os alunos, 27% realizaram tarefas escolares, 18,9% assistiram a vídeos, 16,6% ouviram música, 16,2% leram histórias, 9,56% praticaram esportes, 6,92% jogaram jogos de tabuleiro e 4,90% videogame.

Em relação ao acesso à internet, 58% disseram que têm conexão por cabo para a casa toda e 27,2% utilizam apenas a rede 3G ou 4G do celular. Já 11,6% usam o Wi-Fi do vizinho, enquanto 3,09% não usam a internet. Neste último caso, 58% afirmam que não usam

**Calendário escolar começa dia 25, mas e formato de ensino ainda será decidido pela prefeitura**

internet porque é muito caro, a conexão não chega até a casa (10,4%), não tem nenhum meio de acessar a internet (10,4%) ou não se sentem seguros com os filhos usando a internet (2,96%). Outros 18,55% não especificaram o motivo.

Já sobre os aparelhos com conectividade, 65,4% informaram o uso do celular, seguido de notebook (11,2%), televisão (9,30%), computador de mesa ou fixo (8,10%), tablet (4,08%) e videogame (1,99%). Sobre a velocidade da internet, 23,6% disseram conseguir acessar páginas da web, enquanto 23,2% acessam redes sociais, como o Facebook e o WhatsApp. Nas outras opções, 16,2% conseguem pesquisar na internet, 14,6% baixam aplicativos, 12,7% assistem vídeos no YouTube sem travar e 9,63% ligam para outras pessoas em chamada de vídeo sem travar.

A cidade de Niterói deu mais um passo em direção à compra de vacinas para tentar acelerar o plano local de imunização contra a Covid-19. Depois de ser aprovada pela Câmara de Vereadores, foi publicada no Diário Oficial a confirmação da entrada da cidade no consórcio formado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para a aquisição de imunizantes de forma independente do Ministério da Saúde.

Agora, o Protocolo de Intenções, que foi formado na semana passada, se torna contrato de consórcio público, com caráter de autarquia. Ou seja, será um tipo de entidade com autonomia administrativa. A publicação no D.O. também prevê a abertura de crédito suplementar para ser usado nas negociações com as farmacêuticas.

A aprovação do projeto de lei é uma das prerrogativas da FNP para que os municípios façam parte do movimento. O próximo passo é a constituição legal do consórcio público, que passará a ter CNPJ e vai eleger uma diretoria para tratar da negocia-

## Niterói oficializa entrada em consórcio para compra independente de vacinas

**Publicação no D.O. também prevê a abertura de crédito suplementar para ser usado nas negociações com as farmacêuticas**

ção das vacinas no mercado internacional.

Além dos imunizantes, o Consórcio poderá adquirir de maneira autônoma medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde. Na semana passada, segundo a Frente Nacional de Prefeitos, mais de 1.700 municípios já haviam assinado Protocolo de Intenção para fazer parte do Consórcio.



Mais de 1.700 municípios já assinaram Protocolo de Intenção para fazer parte do Consórcio

FOTO: DIVULGAÇÃO/PMVS